

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Permissão de uso temporário de espaço público, na Avenida Alberto Braune (trecho entre a Prefeitura Municipal e a “Antiga Rodoviária”), para realização do Réveillon 2024-2025 de 28 a 31 de dezembro de 2024, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

|     |                                |   |
|-----|--------------------------------|---|
| 1.2 | <b>Requisitante:</b>           | Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade                 |
| 1.3 | <b>Fundamentação legal:</b>    | Pregão presencial - Lei nº14.133/21, Art. 28 Inciso I e Art. 17, § 2º |
| 1.4 | <b>Período:</b>                | De 28 a 31 de dezembro de 2024.                                       |
| 1.5 | <b>Critério de Julgamento:</b> | Maior oferta – Pregão negativo (invertido, maior oferta)              |

1.6 Permissão de uso temporário de espaço público, na Avenida Alberto Braune (trecho entre a Prefeitura Municipal e a “Antiga Rodoviária”), para realização do Réveillon 2024-2025 de 28 a 31 de dezembro de 2024, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR INICIAL DOS LANCES |
|------|---|-------------------|------------|--------------------------|
| 1    | Permissão de uso temporário de espaço público, na Avenida Alberto Braune (trecho entre a Prefeitura Municipal e a “Antiga Rodoviária”), para realização do Réveillon 2024-2025 de 28 a 31 de dezembro de 2024, com possibilidade de explorar pontos de comércio eventual e camarote. <ul style="list-style-type: none"><li>• Máximo de 20 pontos comerciais</li><li>• Camarote com no máximo 100m<sup>2</sup></li><li>• Captação de patrocinadores.</li></ul> | Und.              | 01         | R\$ 1.383,88             |

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 27.683/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 28 a 31 de dezembro de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 Trata-se de serviço comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do Art. 6 da lei 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

### **4.1.1 Qualificação Técnica em Realização de Eventos**

Experiência Comprovada: A empresa contratada deverá comprovar experiência relevante em organização e execução de eventos de médio porte, com público de, no mínimo, 05 mil espectadores.

Equipe Qualificada: A equipe técnica responsável pelo projeto deve ser composta por profissionais capacitados, com experiência comprovada em todas as etapas de planejamento e execução de eventos similares.

### **4.1.2 Critérios de Sustentabilidade**

Proteção ao Meio Ambiente: A empresa deve demonstrar conformidade com práticas de sustentabilidade, atendendo, no que couber, às exigências ambientais impostas pelos órgãos reguladores. Isso inclui o descarte adequado de resíduos, a utilização de materiais recicláveis, e a adoção de medidas que minimizem o impacto ambiental do evento.

Práticas Inclusivas: O evento deve promover a inclusão social, econômica e cultural, por meio da adoção de práticas que envolvam a comunidade local e garantam acesso democrático ao público. A empresa deve também adotar ações que promovam a acessibilidade para pessoas com deficiência, garantindo que todos possam participar.

### **4.1.3 Padrões Mínimos de Qualidade da Infraestrutura Utilizada**

Especificações Técnicas: Todos os equipamentos e instalações devem atender a especificações técnicas detalhadas, incluindo dimensões, tipos de materiais, iluminação e decoração exigidos pelos órgãos reguladores e fiscalizadores. As estruturas temporárias montadas para o evento devem ser robustas e seguras.

Normas de Segurança: É imprescindível que todos os equipamentos, desde palcos até sistemas de som e iluminação, sigam rigorosamente as normas de segurança aplicáveis. O evento deve contar com profissionais de segurança treinados, e a empresa deve garantir a sinalização adequada para o público, evitando riscos de acidentes.

### **4.1.4 Comprovação de Capacidade de Gestão de Grandes Públicos**

Eventos de Médio Porte: A empresa deverá comprovar a realização de pelo menos um evento com público de, no mínimo, 05 mil espectadores, apresentando atestados técnicos de execução anterior. Isso assegura que a contratada tenha experiência na gestão de eventos com alta demanda, tanto em termos de infraestrutura quanto de segurança e logística.

### **4.1.5 Sustentabilidade:**

A contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, disponibilizado na página <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-lanca-nova-edicao-de-guia-para-contratacoes-sustentaveis-na-administracao-publica-federal> (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A Contratada na prestação do serviço deverá atender, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade sob as suas diferentes dimensões (ambiental, social e econômica), devendo a Contratada seguir a legislação citada anteriormente, bem como as demais que se aplicarem ao objeto em questão, valendo ratificar que a contratação em tela não gerará impacto ambiental relevante.

**Geração de Resíduos Sólidos:** A produção de resíduos sólidos, como madeira, utensílios de plástico e metal, é um dos principais impactos ambientais. O artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina que a elaboração plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

A logística reversa deve ser de responsabilidade da Contratada, que deve obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de peças defeituosas e embalagens dos produtos utilizados, principalmente o que refere aos tipos de lubrificante e seus respectivos descartes corretos;

Todo o resíduo reciclável gerado deve ser descartado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes. Conforme Instrução Normativa SLTI/MP nº 2 de 4 de junho de 2014, os modelos de materiais e equipamentos consumidores de energia a serem alocados, na prestação dos serviços deverão ser classificados com a classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

A Contratada deve se atentar para possíveis impactos ambientais de poluição sonora, assim como da poluição emitida através possíveis equipamentos utilizados, como geradores. Quanto à poluição sonora a Contratada deve verificar as normas, leis e Resoluções do Conama vigentes que versam sobre limites de volume (intensidade de decibéis) relacionados à atividade, para que o serviço seja prestado de forma regular e, ao mesmo tempo, respeitando a saúde dos turistas, munícipes e animais.

Quanto à poluição emitida por possíveis equipamentos utilizados, a contratada deve estar atenta às medidas para diminuir a emissão de gases poluentes como, utilização de combustível de boa qualidade, manutenção do equipamento em dia, obedecendo também todas as normas, leis e Resoluções do Conama vigentes.

Vale salientar ainda os impactos sociais e econômicos positivos gerados através da realização dos serviços, de modo assegurar a empregabilidades dos funcionários envolvidos.

Outro aspecto importante é a proibição de qualquer tipo de fogos de artifício que produzam poluição sonora, como estampido e estouros, no Município de Nova Friburgo, conforme Lei Municipal 4.561 de 30 de junho de 2017.

4.1.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.1.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1 O local definido para realização do evento de Réveillon é a Avenida Alberto Braune, no trecho entre a Prefeitura Municipal e a “Antigo Rodoviária”.

5.2 O prazo de execução do objeto é de 28 de dezembro a 31 de dezembro de 2024, conforme segue:

5.2.1 Dia 28 de dezembro até as 01 hora da manhã;

5.2.2 Dia 29 de dezembro até as 01 hora da manhã;

5.2.3 Dia 30 de dezembro até as 01 hora da manhã;

5.2.4 Dia 31 de dezembro até às 02 horas da manhã.

5.3 As estruturas a serem montadas e equipamentos deverão estar aptas e liberadas junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores para funcionamento, bem como a tramitação do Processo Administrativo junto ao município para emissão de Nada a Opor e lançamento das taxas tributárias pertinentes às atividades;

5.4 O custo referente ao transporte dos equipamentos, instalação, manutenção e desmontagem será de responsabilidade da Contratada;

5.5 O camarote não poderá ultrapassar a dimensão de 100m<sup>2</sup>, não podendo ainda estar posicionado de forma a atrapalhar a visão dos demais expectadores;

5.6 A área exclusiva de frente de palco para o camarote não poderá ultrapassar 40% da frente;

5.7 Será permitida a captação de patrocinadores para o evento, desde que seja apresentada a requisitante para aprovação;

5.8 Solicitar junto a concessionária de energia do município, ponto de energia elétrica para abastecimento dos equipamentos, quando necessário, bem como arcar com o consumo;

5.9 Fazer a gestão de venda de ingresso, incluindo impressão, definição de preço, formas de pagamento e controle de acesso, do camarote, caso haja;

5.10 É proibida a soltura de qualquer tipo de fogos de artifício que produzam poluição sonora, como estampido e estouros, no Município de Nova Friburgo, conforme Lei Municipal 4.561 de 30 de junho de 2017.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.2.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.2.3 A contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.9 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será realizado pela vencedora do certame, até 03 (três) dias úteis após a lavratura do Termo de Permissão de Uso de Espaço Público/Contrato.

7.2 O pagamento será efetuado através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, que será emitido no ato da contratualização ou outra forma de pagamento determinada pela Prefeitura Municipal.

7.3 Não serão autorizadas prorrogações nos pagamentos, sendo assim, a Autorização/Contrato ficará rescindido. Salvo em casos de erro bancário ou erro oriundos da Prefeitura.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório de Pregão Presencial, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, tendo com critério de seleção a MAIOR OFERTA.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**8.12.1 Habilitação Jurídica:**

- A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de

Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.6 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### **8.13 Qualificação Econômico-Financeira:**

**8.13.1** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**8.13.2** - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**8.13.3** - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

**8.13.4** - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

**8.13.5** - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

**8.13.6** - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**8.13.7** - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data

através de índices oficiais.

#### **8.14 Qualificação técnica:**

8.14.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.14.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.14.2.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.3 Ser empresa apta a atuar no ramo de organização de eventos, comprovado por meio de Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE);

8.14.4 Apresentar certificado do CADASTUR, conforme a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008;

8.14.5 Comprovar o fornecimento de bens e serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, por meio de apresentação de certidões ou atestado, por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido por conselho profissional competente por experiência relevante em organização, produção e execução de eventos de médio porte, com público de, no mínimo, 05 mil espectadores.

8.14.6 Para fins de comprovação do atestado acima, a empresa deverá apresentar acompanhado ao atestado a **Certidão de Nada a Opor emitido pelo Corpo de Bombeiro Militar** referente ao evento mencionado no atestado, com as informações exigidas.

## **9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1 Da Contratada:**

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da execução do objeto;



- f) a empresa vencedora será responsável por elaboração, promoção, organização, produção, contratação de artista e serviços inerentes a estes, montagem e desmontagem de toda infraestrutura necessário **de forma padronizada**, pós-produção e demais serviços correlatos;
- g) realizar da liberação do evento junto à Prefeitura Municipal e órgão competente, de acordo com a estimativa de público apresentada: Nada a Opor do Município (Postura e Defesa Civil), Nada a Opor da Polícia Militar, Nada a Opor da Polícia Civil, Comunicado a Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso, Nada a Opor do Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro e demais órgão que se fizerem necessário de acordo com o projeto a ser executado.
- h) garantir a divulgação e promoção do evento;
- i) garantir toda infraestrutura necessária e adequada para realização do evento, com montagem e desmontagem;
- j) garantir grade de programação artística diversificada, contemplando artistas locais.
- k) garantir a programação até no máximo as 01h da manhã do dia seguinte, com exceção do dia 31 que poderá ir até no máximo 02h da manhã;
- l) disponibilizar e liberar junto aos órgãos competentes pontos de comércio de alimentos e bebidas de acordo com as normas vigentes;
- m) garantir a segurança e ordenamento do público, bem como a patrimônio público envolvido na área do evento;
- n) incrementar os serviços disponibilizados pela municipalidade, caso seja necessário;**
- o) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- p) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- q) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- r) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

#### 9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- d) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- f) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados e demais condições constantes do edital de licitação;
- g) disponibilizar 40 (quarenta) diárias de bombeiros civis;
- h) disponibilizar 40 (quarenta) diária de extintores de incêndio;
- i) disponibilizar 4 (quatro) diárias de até 8 horas de suporte médico especializado durante o evento Réveillon, na configuração para atendimento a evento de 1.000 a 4.999 expectadores;
- j) disponibilizar 160 (cento e sessenta) diárias de banheiros químicos STD e 16 (dezesesseis) diárias de banheiros químicos PcD.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR INICIAL DOS LANCES

11.1 A estimativa do valor inicial para fins de lances será de R\$ 1.383,88 (mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos)

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Não aplicável.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade

Nova Friburgo/RJ, 07 de outubro de 2024.

| ELABORADOR:   | APOIO TÉCNICO:                                   |
|---|--|
| <b>Ozório Junior Tardin da Silva</b><br>Mat.: 100.022 | <b>José Eduardo Bueno Rocha</b><br>Mat.: 063.375 |

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

\_\_\_\_\_  
**Renan da Silva Alves**  
Secretário(a) Municipal de Turismo e Marketing  
Matr.: 092.790